

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**ESTADO E SISTEMA PARTIDÁRIO NO BRASIL PÓS-1930: UM RECORTE DA  
OBRA DE MARIA DO CARMO CAMPELLO DE SOUZA**

**OUTUBRO**

**2013**

**LUIZ CARLOS DE AGUIAR MARQUES**

**ESTADO E SISTEMA PARTIDÁRIO NO BRASIL PÓS-1930: UM RECORTE DA  
OBRA DE MARIA DO CARMO CAMPELLO DE SOUZA**

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do Curso de Especialização em Sociologia Política, Departamento de Ciências Sociais – DECISO, Setor de Ciências Humanas e Letras.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Neves  
Costa

**CURITIBA, PR**

**2013**

A meus pais José (em memória) e Sebastiana, que com sua simplicidade e retidão de caráter me deram a melhor herança que um homem pode ter valores, como, simplicidade e retidão de caráter.

A Helena, Hiana e Maiara, minha mulher e minhas filhas, pelo entendimento da minha ausência durante as horas e dias consumidos por mim nos estudos e preparação deste e de outros trabalhos acadêmicos e por serem as 'vidas razão' da minha vida.

## RESUMO

O presente trabalho apresenta reflexões e comentários feitos a partir da obra de SOUZA, Maria do Carmo Campello de, acerca da baixa institucionalização do sistema partidário brasileiro observado entre 1930 e 1964. De acordo com esta autora – tese com a qual se concorda – este fato teve uma forte influência da formatação e ação do Estado brasileiro, tendo sido resultante de várias das ações a ele vinculadas, além de ter sido decisivo no desencadeamento do golpe de 1964 e influenciado o comportamento político brasileiro atual.

Palavras chave: Estado, Partidos Políticos, Institucionalização

## ABSTRACT

This paper presents reflections and comments from the work of SOUZA, Maria do Carmo Campello, about the low institutionalization of the Brazilian party system observed between 1930 and 1964. According to this author - thesis with which one agrees - this fact had a strong influence in the form and action of the Brazilian state and it has been the result of a number of actions related to it. Also was instrumental in triggering the coup of 1964 and influenced the current Brazilian political behavior.

Keywords: State, Political Parties, Institutionalization

## SUMÁRIO

GLOSSÁRIO.....	6
INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	8
CAPÍTULO II – ORIGENS IDEOLÓGICAS DO SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO.....	12
CAPÍTULO III – MECANISMOS ESTATAIS INTERFERINDO NA ESTRUTURA PARTIDÁRIA BRASILEIRA.....	16
CAPÍTULO IV – O ESTADO NOVO E O NOVO REGIME.....	20
CAPÍTULO V – O PROCESSO POLÍTICO BRASILEIRO DE 1946 A 1964.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30

## **GLOSSÁRIO**

PSD – Partido Social Democrático

UDN – União Democrática Nacional

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem a intenção de comentar a linha de pensamento e os argumentos utilizados por Maria do Carmo Campello de Souza, uma das maiores pensadoras brasileiras no desenvolvimento da Ciência Política, em sua análise do sistema partidário no Brasil pós-1930.

A discussão aqui empreendida está principalmente vinculada ao livro *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*, trabalho no qual a autora analisou o sistema partidário brasileiro sobre uma ótica diferenciada, buscando – e, em grande medida encontrando – comprovações ou fortes evidências da influência que o Estado, por suas ações e formas de se estruturar, teve na formação e nas ações de agrupamentos partidários e no desempenho de suas funções políticas, representativas e/ou governativas.

O principal objetivo da autora foi analisar, em bases científicas, as variáveis políticas ocorridas no Brasil a partir de 1946 e que levaram em 1964 à queda do regime e início de uma longa ditadura militar.

No capítulo I abordo os pressupostos teóricos de que Campello de Souza se utiliza para discorrer sobre o tema. Elencar estes referenciais se fez necessário porque, à época do desenvolvimento do trabalho de Campello de Souza, o que havia quanto à análise de partidos políticos eram avaliações partido a partido e, desta forma, não se avaliava o sistema partidário como um todo e muito menos quanto às interferências do Estado na ação política partidária no país.

Após o primeiro período Vargas (1930-1945) iniciou-se um processo de estabelecimento dos partidos políticos brasileiros uma vez que, desde o golpe de 1930 empreendido por Vargas e seu grupo, as agremiações partidárias praticamente não existiam como ‘instituições’ que pudessem ser representativas da vontade popular. Desta formação tratarei no capítulo II.

No capítulo III procuro dar conta do processo de desenvolvimento de mecanismos governamentais que inibiram o que se poderia considerar como o natural desenvolvimento de sistema partidário como instrumento de representatividade do povo quanto aos caminhos que o país deve seguir.

Como materialização de uma forte tendência presente na política brasileira de encontrar soluções em ideias como: centralismo, controle forte, necessidade de tutoria do povo pela elite política, entre outras, ocorre, em 1930, o golpe varguista. Na esteira deste golpe surge o Estado Novo em 1937. Maria do Carmo Campello de Souza observa que, mesmo com o final do Estado Novo em 1946, as elites políticas continuavam praticamente as mesmas. Trato, no capítulo IV, desta suposta transição do período autoritário de Vargas para um novo regime em 1946.

O final da construção deste trabalho leva-me a tratar no capítulo V os acontecimentos políticos ocorridos entre 1945 e 1964, período no qual, pelo tempo transcorrido desde a proclamação da República, seria de se esperar a vigência de mais instituições democráticas. Entretanto, a ocorrência do golpe de Estado em 1964 torna fundamental a necessidade de entender a análise feita pela autora para os antecedentes da ditadura militar.

## **CAPÍTULO I – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS**

SOUZA (1990, pág. 27) inicia seu trabalho estabelecendo uma orientação de como foi articulado o arcabouço teórico de sua tese. Esta abordagem se mostrou necessária devido o estudo ter se desenvolvido em bases diferentes do que se tinha estabelecido como avaliação acadêmico científica, quando da publicação do livro e das ideias de análise em questão.

Tentarei dar conta deste embasamento teórico, buscando elencar os pontos importantes para o entendimento do esforço da autora, neste e em outro trabalho, no qual tratou do mesmo tema.

A autora cita Raymundo Faoro como um dos primeiros analistas que destacou a possível influência da estrutura do Estado como condicionante no estabelecimento e desenvolvimento político no país. Mas aponta as diferenças entre este autor e a abordagem por ela adotada com vistas a comprovar a real existência da influência do Estado na ação dos partidos políticos brasileiros.

Importantes pontos a serem destacados nesta explanação da base teórica utilizada por SOUZA são as lacunas existentes nos trabalhos sobre os partidos políticos naquele momento de observação, a saber: a) estudaram os partidos

separadamente e não o sistema partidário; b) reduziam a formação e o papel dos partidos políticos apenas ao que seria a sua representação social, deixando de lado como estas agremiações poderiam ser e como eram influenciadas pelas funções governativas relacionadas à tomada de decisão; c) acreditavam que os partidos seriam um agrupamento social espontâneo muito mais do que instrumentos para uma organização com finalidade de deter poder.

Como contraponto a estas premissas utilizadas pelos estudos existentes sobre o assunto a autora propõe outras abordagens como: a) Estudar o sistema partidário como um todo em relação à construção de políticas nacionais e, ainda, observando a socialização, recrutamento político e comunicação dentro deste sistema; b) Trazer para a verificação também a análise da função governativa, sem deixar a função de representatividade de fora da avaliação; c) Considerar a forma e ações do Estado previamente ao surgimento dos agrupamentos políticos, avaliando o peso funcional que estas características e modo de agir do Estado trariam para a formação dos partidos políticos.

Ao longo do delineamento dos pressupostos teóricos a autora indica que em muitas avaliações o baixo institucionalismo dos partidos políticos brasileiros não é observado devido a mudanças de estrutura estatal e cita, como exemplo, a não utilização como variável nos estudos, da ocorrência do estabelecimento no período de 1930 a 1945, de uma estrutura corporativa estatal como ator político importante. Desta forma, esta ação do Estado dificultava a incorporação de novos grupos ao processo político nacional, influenciando fortemente na não institucionalização do sistema partidário.

Uma das hipóteses centrais dos trabalhos da autora é a importância dos partidos políticos como instituições e seu grau de institucionalização, que funcionaria como um moderador de centralizações que pudessem usurpar o controle da sociedade sobre a condução do Estado. Tudo isso com representatividade, organização social e burocrática, controle no trato dos recursos públicos e rotinização dos grupos no poder. Isto a autora deixa claro em sua explanação quanto ao arcabouço teórico utilizado para dar conta do que foi proposto por ela mesma.

Como a própria definição da palavra 'sistema' deixa claro: "um conjunto de elementos interconectados, de modo a formar um todo organizado", a análise de

qualquer tipo de sistema que não se utilize da própria avaliação com um só 'corpo', como por exemplo: avaliar o sistema partidário sem que sua força relativa seja considerada, está fadado, se não ao fracasso, pelo menos à existência de lacunas significantes no entendimento da sua dinâmica. A autora demonstra muito bem este entendimento em sua conceituação, embora admita que a formação do Estado no desenvolvimento capitalista dependente – que ela considera estar em constante mudança – não permita a utilização de um esquema de análise mais efetivo e linear.

Na abordagem de questões de institucionalização a autora faz uma precisa definição da influência do que poderíamos considerar o centro das instituições na sociedade moderna, o Estado. Ela avalia que por ser uma organização de âmbito territorial e que busca fortemente a monopolização de determinadas funções chaves, o Estado alcança efetividade muito maior que os outros atores sociais e desta forma torna-se o mais decisivo determinante das características do sistema partidário.

A autora defende a importância da institucionalização quando, antes de explanar pontos característicos desta linha de pensamento, ela diz que;

Uma organização se 'afirma' e se institucionaliza na medida em que seja capaz de reservar para si o cumprimento de determinadas funções ou atividades, e/ou de assegurar acesso regular à arena específica em que se tomam decisões cruciais sobre tais funções ou atividades. Souza, M.C.C. - 1990. pg47.

A representatividade é posta pela autora como ente 'inseparável' da institucionalização. Isto porque a combinação desses dois 'itens sociais' representa uma organização funcional e instrumentada enquanto se alcança um nível de autonomia relativa. Autonomia esta que permite que a instituição seja maior que os indivíduos, evitando assim um ambiente plebiscitário que poderia ferir de morte a instrumentalização de organização que combina duas grandes virtudes, a representatividade com institucionalização.

Assim para existir uma organização política, conforme conceito adotado pela autora implica em que haja controle sobre atividades e recursos imprescindíveis para a prática política contínua. A falta de consistência dos partidos políticos na América Latina, Brasil incluído, deve-se a uma preponderância da representatividade frente à autonomia e isto traz repetida e continuamente questionamentos a respeito da ação dos partidos políticos, e desconfianças quanto à legitimidade do poder partidário.

É traçada pela autora uma correlação entre o grau de ligação entre o partido e a classe que este pretende representar, e o nível de institucionalização do sistema partidário. Fica então demonstrado que o grau de institucionalização do sistema partidário depende diretamente da correlação entre os partidos e as classes representadas. Isto corrobora o que foi explanado antes quanto a forte conexão que representatividade e institucionalização têm entre si. Por óbvio se faz necessário mencionar que neste quadro ainda é necessária a presença da autonomia relativa dos grupos diretores, no sentido de garantir a instrumentalização desta combinação ótima.

As arenas decisórias constituem-se em importantes componentes da influência, maior ou menor, do grau de institucionalização do sistema partidário. Isto porque não se pode considerar uma verdade absoluta que os partidos somente têm forte influência nas decisões tomadas no âmbito do parlamento. Mesmo as decisões tomadas no nível do executivo sofrem interferências dos partidos políticos. Entretanto para que se possa falar de institucionalização do sistema partidário é necessário que os partidos tenham um tal grau de organização consolidada, com reflexo em uma realidade coletiva mais ampla, do contrário o *locus* das decisões, não é institucional e o que se teria seria uma aglutinação de interesses diversos, sem um ponto gravitacional distinto e claramente perceptível.

Para finalizar o embasamento teórico a autora lança mão de análise de Arthur L. Stinchcombe sobre a incorporação de novos grupos no processo político. Adaptando as definições de Stinchcombe, Campello de Souza, para alcançar seu propósito de esclarecer a falta de institucionalização do sistema partidário brasileiro, elenca três níveis de análise teórica: a) Componentes do poder ao nível das bases sociais que engloba o grau de mobilização social e a extensão do processo eleitoral; b) Componentes do poder de cada partido, neste nível encontram-se a força eleitoral de cada partido e sua força institucional, ou seja, sua capacidade de fornecer alternativas políticas viáveis e até mesmo de participar ativamente na organização do governo; c) Componentes do poder do sistema partidário, que seria o nível do poder do parlamento frente ao poder executivo e as regras do processo sucessório especialmente no nível presidencial.

Com estas definições a autora detalha a base teórica utilizada em seu trabalho por considerar que isto era necessário devido seu trabalho ter uma perspectiva ampla

e de difícil comprovação empírica. A partir do próximo capítulo será tentado o desafio de destacar os pontos da análise mais prática feita pela autora, analisando o período de 1930 a 1964 sob o prisma político-partidário e buscando a defesa de sua tese sobre a influência do Estado na baixa institucionalização do sistema partidário brasileiro.

## **CAPÍTULO II – ORIGENS IDEOLÓGICAS DO SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO**

Ao final da segunda guerra mundial, com as terríveis perdas que este evento trouxe, o mundo passou a ver com grande desconfiança os regimes que tinham fundamentação fascista e/ou nazista. Desta forma qualquer governo ou regime que trouxesse em suas ações e estruturas qualquer traço de autoritarismo passou a ser considerado como possíveis causadores de acontecimentos de grandes e negativos impactos aos povos e países. Neste ambiente a situação política do regime varguista ficou extremamente complicada, uma vez que o Brasil estava fortemente influenciado pelos acontecimentos mundiais.

Assim a voz da oposição à Vargas ganhava força aqui dentro do país através dos acontecimentos internacionais. Neste momento pipocaram diversos acontecimentos públicos de enfrentamento ao regime em vigor naquele momento. O clamor por democracia, se não veio pela voz das ruas, começou a ser articulado através de políticos que verbalizavam os anseios por liberdade, via imprensa e através de acontecimentos políticos como a fundação da UDN em 1945 entre outros. Há que se ressaltar que o final da segunda grande guerra foi decisivo nesta mudança de ares, entretanto é pertinente registrar que antes disso, vozes políticas já se levantavam

contra o Estado Novo, como prova deve-se destacar o “Manifesto dos Mineiros” de 24 de outubro de 1943<sup>1</sup>.

Neste ambiente de contestação ao regime, com a evidente inviabilidade deste, com fortalecimento de uma oposição outrora inexistente e da percepção de que era irreversível a ocorrência de eleições presidenciais, seria de se esperar que ocorresse o fortalecimento natural de partidos políticos. Entretanto a ideia que a elite política nacional tinha sobre a ação política organizada estava ainda impregnada por conceitos antigos e históricos, somada ao enorme peso político do Estado, fez com que este surgimento de agremiações políticas apresentasse um baixo nível de institucionalização. Resultado dessa combinação é que ao fim do Estado Novo (1945) apesar de um dito ‘retorno à democracia’, o ambiente político não produziu uma real alternância no poder. Nem mesmo a formulação da Carta Constitucional de 1946 pode ser considerada como um fator de mudança importante na direção da democracia, isto porque a nova constituinte deixou quase toda a estrutura estatal intacta, ou seja, o Estado continuou sendo, instrumentalmente falando, praticamente o mesmo do regime deposto.

A autora menciona que a elite política, sucessora do Estado Novo, era praticamente a mesma que anos antes, concordara que a saída política ideal para o país seria a adoção de ação política defendida nas teses antiliberais, quais sejam: autocracia; centralismo; peso excessivo do Estado; quase total substituição da atividade legislativa por órgãos operativos vinculados ao poder executivo. Portanto fica demonstrada que apesar de que aquele momento tenha sido chamado de uma

---

<sup>1</sup> Manifesto divulgado em outubro de 1943 por membros da elite liberal de Minas Gerais, defendendo o fim da ditadura do Estado Novo e a redemocratização do país. FGV CPDOC,

restauração democrática, não havia naquele período instituições realmente democráticas e fortes.

Para explicar esta infeliz origem ideológica da elite política que estava a cargo da redemocratização do país no período pós Estado Novo, Campello de Souza diz o seguinte a respeito do ambiente político brasileiro no período pré Estado Novo: A timidez, portanto do liberalismo dos anos 30, especialmente o campo que cedeu ao pensamento autoritário na questão dos partidos políticos de 'notáveis' para a política de massas (1990, p65).

Desta forma a autora evidencia que as elites políticas brasileiras daquele período eram incapazes de se comportarem de forma partidária democrática, mantendo-se em seus instintos personalista e clientelístico adquiridos em sua formação histórica.

Considerando as divergências e aproximações entre os atores políticos daquele momento, nos primeiros anos após o golpe de 1930 a autora relata um ambiente instável em que elementos trocavam de posição com alguma frequência, mas que pode-se dizer ser verdadeira a existência de núcleos básicos ao redor dos quais começava a se ter alguma diferenciação ideológica. Os grupos identificados pela autora foram: 1-Os tenentes que participaram da revolução de 1930, aí incluídos elementos civis; 2-Os comunistas e outros que depois se aliaram à Aliança Nacional Libertadora; 3-Os integralistas; 4-Os grupos da oligarquia regional pós 1930, excluindo São Paulo e; 5-A 'política paulista' – basicamente oriundos do PRP-Partido Republicano Paulista.

Após a revolução constitucionalista de 1932, que foi um levante armado conduzido por São Paulo que clamava por uma constituição democrática e que foi clamorosamente abafado pelas forças militares federais, foi estabelecida uma Assembleia Constituinte e em 1934 uma nova carta régia do país foi promulgada. Mesmo neste ambiente de estabelecimento de regras civilizadas e democráticas, o que seria de se esperar em uma nova constituinte, havia ainda ideias centralistas e até certo ponto antidemocráticas. Um exemplo claro disso era o posicionamento de um dos mais importantes representantes do tenentismo que foi Juarez Távora que defendeu que o Senado devesse ser substituído por um Conselho Federal que teria as mesmas funções do Senado e ainda uma função de coordenar e disciplinar a

atividade administrativa do país. Esta ideia traz uma subversão de conceitos de convivência e fiscalização mutua entre poderes, e ainda colocaria como segundo ou até mesmo terceiro plano a atividade partidária.

Entretanto este tipo de posicionamento não era prerrogativa apenas do tenentismo, a própria AIB (Associação Integralista Brasileira) através de um de seus quadros mais expressivos que era Miguel Reale que considerava que a democracia liberal era incapaz de resolver a questão da representação política. Reale ainda considerava que os partidos políticos somente serviriam para confundir interesses infundados e desiguais através do estabelecimento de programas eventuais, o que se poderia entender também como casuísticos.

Os anos entre a promulgação da Constituição de 1934 (16 de julho de 1934) e a data prevista para eleições presidenciais (1938), previstas naquela carta constitucional, tornaram-se, em um período de tempo em que mesmo atores políticos de orientação liberal não se mostravam mais tão liberais, demonstrando uma ambiguidade sobre quais caminhos de solução política o país deveria seguir.

Demonstrando seu claro viés de autoritarismo centralista, Vargas dá um golpe em 10 de novembro de 1937, solapando a previsão constitucional de eleições para o ano de 1938, inicia-se aí o Estado Novo.

Praticamente repetindo o que houve em 1930 o ambiente político nacional foi propício a este movimento de ruptura com a representação popular, uma vez que com o advento do Estado Novo, eleições passaram a não ser consideradas como ato político válido e necessário. Desta forma foram também extintos os principais atores no que tange à representatividade, os partidos políticos.

A presença de padrões de ideologia confusos, elite política claramente vinculada a um passado onde partidos políticos não eram a essência da vida política, os personagens eram mais importantes do que as instituições, até mesmo políticos liberais desqualificando as agremiações partidárias e um Estado forte em demasia, criaram a situação propícia para mais uma solução autoritária na condução da vida nacional.

Sobre este arcabouço de práticas e perfis políticos é que se alicerçará a implantação dos partidos políticos a partir de 1945, quando termina o Estado Novo e inicia-se a 'redemocratização nacional'. Apesar do nome a expressão entre aspas é

discutível uma vez que este processo será conduzido pela mesma elite política que apresentou desde 1930 suas tendências ao autoritarismo e ao apartidarismo.

É neste desvirtuado ambiente político é que a forma ideológica do regime estabelecido de 1946 a 1964 foi moldada, reforçada pelo aparato estatal do qual trataremos no capítulo seguinte.

### **CAPÍTULO III – MECANISMOS ESTATAIS INTERFERINDO NA ESTRUTURA PARTIDÁRIA BRASILEIRA**

Um aparato burocrático estatal de grandes proporções, com abrangência geográfica nacional, com forte índole centralista e, em muitas situações, autoritária, é flagrantemente um ofensor da representatividade. Esta constatação é robustamente embasada por Maria do Carmo Campello de Souza no seu trabalho que é ‘âncora’ desta monografia.

As condições dadas para o estabelecimento de uma burocracia forte, abrangente e centralizadora não foram apresentadas de forma abrupta e instantânea no momento pós golpe de 1930. Estas condições já vinham sendo construídas desde antes, seguindo uma tradição política de apresentação e adoção de soluções frente a crises político econômicas, sempre com vieses de centralismo e o que é pior de autoritarismo. Tudo isso ainda embasado na cultura da ‘política de notáveis’ em detrimento de política partidária amparada em agremiações políticas de massa. A autora aponta a reforma constitucional de 1926 como portadora de definições que teriam, em parte, propiciado a adoção deste posicionamento do regime surgido com o golpe de 1930.

Apesar de seus principais atores tentarem dar ao golpe de 1930 e ao regime decorrente deste evento uma roupagem de salvadores do povo, estes são considerados pela autora como tão elitistas quanto os da Primeira República, apresentando entre si diferenças apenas na forma de agir. Isto porque na Primeira República ocorria a predominância de lideranças oligárquicas regionais fazendo uma espécie de rodízio entre si quanto ao comando central da federação. Já no regime varguista ocorria uma centralização com intervenção, através do estabelecimento

burocrático com presença nos estados, mas com obediência visceral ao governo federal e especialmente ao mandatário central, o presidente Getúlio. O getulismo simplesmente suspende o funcionamento de qualquer tipo de associação partidária garantindo assim um poderio político digno de monarquias absolutistas da Europa antiga.

Através da nomeação de indivíduos nativos de cada estado para liderar os governos regionais, o governo central no período Vargas, estabeleceu as interventorias. No sentido de garantir que estes interventores não tivessem uma rejeição muito grande no âmbito de cada estado, o governo central além de escolher nascidos nos estados ainda recrutavam os mesmos em faixas marginais da política regional. Isto garantia que as elites políticas locais teriam pouca ou nenhuma influência sobre estes interventores. Em determinados estados o governo central teve que adotar estratégias mais específicas. Os casos de São Paulo e Rio Grande do Sul foram exemplos disso, pois devido à força econômica, cultural e militar destes estados o governo se via instado a promover um rodízio maior entre os interventores. Esta medida era adotada para aliviar as tensões em estados tão 'problemáticos' para um governo centralizador. Além destas tensões sem o rodízio havia o risco do interventor se tornar regionalmente muito forte e passar a ter uma certa independência, Campello de Souza chama isso do 'perigo de encastelamento' dos interventores.

O governo central conseguiu através das interventorias um formato sistemático de controle político administrativo contando com a ambiguidade política dos interventores que se colocavam a meio caminho entre a identidade local, com independência das elites políticas locais e com o forte apoio do governo central, apoio este que ocorria desde que os interventores agissem estritamente dentro do procedimento ditado pelo poder federal.

O DASP foi outro mecanismo que o regime varguista adota em busca de uma centralização autoritária rotulada por seus criadores como uma garantia de que o desenvolvimento do país ocorreria ao mesmo tempo em que se fortaleceria a unidade nacional, prometendo algo muito diferente da política regionalmente fragmentada que ocorria à época da política dos governadores.

Este instrumento de centralização foi criado em 1938, logo após o estabelecimento do Estado Novo e foi concebido como um órgão de controle administrativo geral. Entretanto seu funcionamento foi moldado de tal forma que o controle político também estivesse presente. Partindo de uma estrutura federal foram montados ‘filhotes’ regionais desta estrutura: os ‘daspinhos’. Estas estruturas regionais praticamente acabaram com a política legislativa nos estados e municípios. Assim as Câmaras e Senados Estaduais e as câmaras municipais foram substituídas por grupos de burocratas técnicos (engenheiros, estatísticos, agrônomos, etc.), o que indica uma completa anulação do ‘trato político’ regional e conseqüentemente impedindo a formação de grupos políticos organizados. Isto porque se não há representatividade e ambiente para desenvolvimento de clivagens, certamente não haverá o aparecimento de partidos políticos porque a forma de se conseguir o poder era estar ao lado do governo central e não do lado do povo e das ideias.

Para Getúlio as estruturas burocráticas estatais podiam substituir, segundo suas próprias palavras a “ordem liberal-oligárquica” como podemos comprovar em um trecho de discurso proferido por ele em Porto Alegre em novembro de 1940.

O Departamento Administrativo substitui, na organização vigente, a antiga Assembleia Legislativa, órgão inoperante, imbuído de espírito individualista, que mascarava a sua atuação estéril com a sonoridade verbal das discussões e quisíllias partidárias. (CODATO, 2011, p.279).

Combinados com as interventorias, os ‘daspinhos’ e toda a estrutura de medidas desenvolvidas pelo regime levaram a uma situação de vácuo político em termos regionais. O regime ainda tinha outros órgãos acessórios a estes dois principais, trataremos destas estruturas secundárias a seguir.

Para corroborar a centralização e apoiar o governo central em seu intento de esvaziamento político das lideranças regionais foram criados ou revitalizados órgãos para agir como agências decisórias em nível federal. Estes órgãos podem ser organizados em quatro grupos: a) institutos destinados a equilibrar a produção, consumo, vendas externas e importações dos produtos primários, os oriundos de produção agrícola ou atividade extrativista; b) instrumentos incentivadores da indústria privada; c) organizações estatais destinados à implantação ao tratamento da infraestrutura necessária à industrialização e; d) empresas estatais diretamente voltadas para atividades produtivas. Apesar da centralização e da amplitude dos mecanismos desenvolvidos pelo governo central, ao final do Estado Novo vicejava

uma divergência entre determinados setores do governo sobre o quão grande e profunda deveria ser a participação do estado no estabelecimento e desenvolvimento da atividade econômica nacional.

Deste ambiente de forte intervenção do estado na economia, apesar dos desmandos políticos que esta intervenção representava e intencionava, restaram alguns símbolos. Podemos citar a base da indústria siderúrgica brasileira e a Petrobrás marco de sucesso técnico no trato dos combustíveis fósseis nos dias de hoje. Este tipo de sucesso não justifica de forma alguma a centralização, a desmobilização político partidária e uma clara ausência de representatividade popular, esta última impossível de se alcançar sem partidos de massas.

Segundo a autora não se pode afirmar taxativamente que as forças armadas foram instrumentos de centralização utilizados pelo grupo político que perpetrou o golpe de 1930 e instalou o Estado Novo em 1937. Entretanto os militares levaram a cabo uma mudança substancial na distribuição do poder de uso da força conferida ao estado. Isto ocorre na medida em que as milícias estaduais foram suplantadas pela centralização do poderio das estruturas militares. É bem verdade que as forças armadas buscaram manter, e conseguiram, um certo grau de independência em relação ao autoritário governo central. Esta situação faz parte da explicação da resultante política que ocorreria ao final da segunda guerra mundial. O exército cumpriu papéis importantes que deram suporte ao regime, seja como fiador da política centralizadora e apartidária conduzida pelo grupo varguista, seja como um pêndulo de segurança equilibrando as forças presentes no ambiente político nacional, garantindo que não houvesse grandes mudanças no status quo. Há que se ressaltar também um papel de forte influencia que as forças armadas exerceram nas decisões de governo pela boa qualificação técnica de seus quadros.

Podemos resumir então que as forças armadas apoiaram o golpe, deram suporte ao regime e transformaram-se em uma força respeitável pela sua condição técnica, pela sua força e pela sua abrangência nacional, garantida por investimentos feitos pelo governo central no aumento e desenvolvimento da burocracia militar.

Apesar do desenvolvimento burocrático que o regime nascido em 1930 estabeleceu, este não conseguiu alcançar as máximas positivas das organizações burocráticas concebidas por Max Weber, uma vez que lhe faltaram representatividade

popular e controle legislativo. Isto porque sem estas variáveis o que ocorre então é tratamento burocrático apenas através de absorção e cooptação de interesses. A preponderância da questão técnica sobre a questão legislativa representou um retorno a um padrão cooptativo tradicional na política brasileira até então. Com a centralização do comando sobre a economia, com o controle do governo central sobre a burocracia administrativa, mesmo a regional, somadas à centralização e apoio das forças armadas fica materializada a inflexão da conjuntura nos anos 1930, que foi o oposto do que seria esperado de uma nacionalização da estrutura política.

Em certa medida alguns destes pontos tratados neste capítulo poderão ser de alguma forma, mencionados no próximo capítulo, para garantir que este trabalho não se caracterize simplesmente por uma periodização histórica.

#### **CAPÍTULO IV – O ESTADO NOVO E O NOVO REGIME**

Sempre tendo como base o trabalho de Maria do Carmo Campello de Souza, neste capítulo será buscado o intento de entender e discutir sucintamente o período de transição do Estado Novo para o novo regime surgido em 1946. Será empreendida busca de entendimento e discussão não somente da transição em si, mas também das origens do ambiente político de 1946, que podem ser consideradas anteriores ao próprio advento do primeiro período varguista iniciado com o golpe de 1930. Isto é embasado pela autora no fato de que em 1946 não havia movimentos que estivessem contestando o regime varguista que apresentassem como origem, bases sociais de amplitude significativa, ou que estivessem amparados em fortes correntes ideológicas contrárias ao que o regime praticava naquele momento.

Apesar de todo este ambiente que realmente remete a um continuísmo, há que se compreender que a Carta Constitucional de 1946 trouxe avanços tais como o pluripartidarismo – lembrando que no Estado Novo os partidos tinham sido praticamente banidos – eleições diretas e separação formal entre os poderes. Um contraponto a esta visão positiva é que como a elite política apresentava características muito próximas às do regime anterior e que neste tipo de situação o formato, os pensamentos e as correntes políticas anteriores tenderiam a conseguir uma predominância sobre as novas linhas de pensamento político.

De forma alguma pode se dizer que a Constituição de 1946 tenha sido uma ação de jogo político apesar do reconhecido enfraquecimento que o Congresso e todo o processo partidário tenha sofrido no regime anterior. Um ponto importante a se considerar é que o legislativo brasileiro pode ser considerado como um dos mais fortes da América Latina no período pós segunda guerra mundial. Se considerarmos as crises do suicídio de Vargas em 1954, da renúncia de Janio Quadros em 1962, vemos que o legislativo brasileiro pode ser, no mínimo, considerado como um eficiente desacelerador de crises, pois é fácil considerar que crises como estas teriam facilmente levado muitos de nossos vizinhos a soluções autoritárias de regime de exceção, notadamente militares.

Como a institucionalização do poder legislativo depende do desenvolvimento do sistema partidário e, uma referida fraqueza do poder legislativo explica-se pelo raquitismo das demais entidades políticas e da opinião pública, que se não foram banidos, pelo menos foram fortemente reprimidos pelo regime nascido em 1930.

O estabelecimento do novo regime em 1946 foi feito em bases praticamente amigáveis com o regime anterior. A deposição de Vargas não ocorreu em um ambiente de embate entre adversários em que a porção mais forte dos contendores leva a melhor, fica com tudo e o derrotado é defenestrado do poder. Ao contrário Getúlio foi, na verdade, um interlocutor político chave entre todas as alas políticas, para garantir tranquilidade na passagem de um regime para outro. Inclusive foi lhe permitido implantar medidas, antes da passagem do controle do regime, que garantiram a manutenção de sua máquina político administrativa que era fortemente alicerçada do processo das interventorias – já discutidas anteriormente neste trabalho – processo este arraigado nos níveis dos estados e municípios. Inegável dizer que o resultado final da segunda guerra mundial com a vitória do grupo de países governados através de regimes democráticos e descentralizados, contra as nações de regimes nazi fascistas mais o Japão, influenciou muito no caminho de troca de regime no Brasil. Entretanto é preciso mencionar que a isto se somou um desejo de reorganização político partidária e uma sede de liberdade política já existente no país, podemos citar um fato que exemplifica isso que foi a publicação do “Manifesto dos Mineiros” de 1943, já anteriormente citado neste trabalho.

A partir do final de 1944 começaram a ocorrer os acontecimentos concretos que indicavam a queda do regime varguista depois de 14 anos no poder. Um dos fatos neste nível foi a sondagem feita junto ao General Dutra sobre se ele aceitava ser candidato à presidência da república em oposição ao grupo de Vargas. Entretanto a oposição fixou, através de diversos movimentos ao longo do ano de 1945, Eduardo Gomes como candidato da oposição ao palácio presidencial. O nome do General Dutra é, em março de 1945, lançado por Benedito Valadares como candidato a presidência da república. Este movimento que teve apoio também de políticos paulistas, como Fernando Costa, pode ser considerado como um dos primeiros passos para a formação do PSD. (FGV – CPDOC).

Como já mencionado anteriormente neste capítulo a transição se deu entre 'iguais', isto pode ser materializado nos fatos de que, ao fim do regime varguista, o PSD era herdeiro de boa parte da máquina política do Estado Novo. Já o PTB foi formado a partir da base sindical controlada por Getulio, que inclusive a 15 de Outubro de 1945 proferiu discurso onde recomendava, do alto de sua influência junto à classe trabalhadora, que os trabalhadores efetivassem sua afiliação ao PTB.

A chamada "Lei Agamenon" assim chamada por ter sido obra do então Ministro da Justiça de Getulio Vargas, Agamenon Magalhães, foi o instrumento de organização do processo eleitoral que seria utilizado nas eleições que fechariam o regime do Estado Novo, e sobre o qual havia muita expectativa quanto à democratização do país. Entretanto Maria Do Carmo Campello de Souza alerta e demonstra, em seus textos, que este instrumento legal significava em grande medida se não uma continuidade do regime, no mínimo uma transição política – no que se refere às elites dominantes – extremamente suave e portanto significando pouca mudança real.

Dado como perdido o embate para evitar a partidarização da política nacional o grupo político de Vargas apostou em partidos nacionais, pois suas bases construídas através dos órgãos criados ao longo da ditadura enraizados regionalmente, mas fiéis nacionalmente a Getulio, somando-se a iniciante e precária estruturação dos partidos políticos, garantia ao grupo varguista uma razoável chance de sucesso nas eleições que se aproximavam.

Um dos pontos em que a Lei Agamenon dificultava o estabelecimento do processo político formal para a oposição, era a determinação de que para poder

registrar-se para as eleições os partidos tinham que apresentar assinaturas de dez mil (10.000) eleitores distribuídos em pelo menos cinco estados, e com quantidade mínima de quinhentos (500) eleitores por estado.

Este tipo de manobra dificultou especialmente o estabelecimento estruturado do agrupamento político que se mostrava nitidamente como oposição. Desta forma a UDN teve que associar-se a outras agremiações mesmo que estas tivessem diferenças programáticas e ideológicas em relação às suas próprias definições como agremiação partidária. Estas associações envolveram o Partido Republicano, o Partido Liberal e a Esquerda Democrática.

Já o PSD teve facilidades muito maiores para se estabelecer formalmente para as eleições devido à sustentação recebida através de apoio do esquema de presença em todo país herdada da participação de seus principais componentes no regime que chegava ao fim. Entretanto pelas características deste apoio e desta presença em todo o país, levou o PSD a ter as características federativas predominantes em relação aos seus atributos de um partido nacional.

Vinculado aos institutos de previdência, contando com a mística personalista de Vargas, com o voto operário mobilizado através do Ministério do Trabalho, além de seu perfil clientelístico, o PTB enfrentou dificuldades menores que a UDN, quanto à estruturação ideal para concorrer às eleições.

No que tange ao registro formal dos partidos o Tribunal Superior Eleitoral tinha poderes para negar registro a partidos considerados 'não democráticos'. Somente metade dos partidos que se submeteram ao tribunal tiveram seus registros aceitos. Os motivos de rejeição trazem uma estreita relação entre as origens destes partidos, pois para os partidos pequenos e médios ter uma relação forte com as estruturas estaduais significava maiores chances de passar pelo crivo dos juizes eleitorais.

A lei eleitoral, de 1945, viria a ser utilizada com base em seu artigo 114 – que preconizava que somente poderiam obter os registros eleitorais os partidos que fossem democráticos – quando da cassação do Partido Comunista. O despacho de aceitação do registro deste partido datado de 1945 trazia em seu texto a condicionante de que o registro fora aceito porque os comunistas abriam mão de principio marxistas-leninistas e que a qualquer tempo este registro poderia ser cassado. A cassação dos comunistas em 1947 foi a única vez que o artigo 114 foi acionado efetivamente.

Comparando com os parâmetros eleitorais atuais a lei eleitoral de 1945 tinha pontos curiosos, como a possibilidade de um candidato poder concorrer a mais de um cargo e por mais de um partido. Este tipo de dispositivo gerou casos como o de Getúlio Vargas que candidato a Senador em cinco estados e deputado federal em nove, foi eleito senador em dois estados e deputado em outros sete. Combinando isto com outro dispositivo, que era o mecanismo das sobras, foram gerados eventos esdrúxulos como o de Barreto Pinto eleito PTB do Distrito Federal com apenas 537 votos, mas foi eleito com as sobras dos votos dados a Vargas.

Na legislação eleitoral de 1945 o mecanismo das sobras através de engenhosa forma de se calcular o coeficiente eleitoral, utilizando-se a votação partidária e não dos candidatos, claramente beneficiava os partidos maiores em detrimento dos menores e, portanto facilitando uma certa continuidade do regime varguista como aponta o texto de Afonso Arinos de Mello Franco, abaixo reproduzido.

A lei eleitoral de 1945 visava consolidar a posição dos remanescentes da ditadura na Constituinte, por meio de absorção das sobras pelo partido majoritário, com sacrifício do sistema proporcional. (Franco, 1965, p23).

O alistamento eleitoral, que é o registro das pessoas que estariam habilitadas a exercer o seu direito de votar, também trouxe um dispositivo que se não decidia a eleição para este ou aquele lado, certamente dava às eleições um viés de prejudicar a oposição e deixar mais fácil o trabalho da situação. Neste caso devemos considerar a 'situação' como a elite política predominante desde o golpe de 1930. Voltando ao funcionamento efetivo do alistamento eleitoral, sobre a alegação de precariedade de recursos disponíveis e lentidão no processo do registro dos eleitores foi permitido que as pessoas fossem registradas eleitoralmente em blocos, através de listas oriundas de empregadores e agências governamentais, o chamado alistamento *ex-officio*. Isto atingia grande parte dos trabalhadores urbanos especialmente funcionários públicos e os demais ligados aos sindicatos e, portanto uma base eleitoral muito ligada ao getulismo. Isto garantiu uma expansão considerável do eleitorado e um comprometimento deste com os políticos ligados ao grupo varguista. Comentando este procedimento Virgílio de Mello Franco expõe seu ponto de vista sobre as organizações fascistas em que os sindicatos tinham se tornado por obra do Estado Novo possibilitando a inclusão de faixas da população que poderiam ser controladas

muito mais facilmente. Este discutível mecanismo permaneceu na lei eleitoral até 1950.

O governo do Estado Novo ainda toma mais uma providência no sentido de garantir que mesmo saindo do poder o regime deixaria suas raízes políticas entranhadas no processo político nacional. Temendo que o Presidente a ser eleito em 02 de dezembro de 1945 destituísse os interventores estaduais nomeados pelo regime de Vargas, o governo aprovou o Decreto Lei 8063 a 10 de outubro, antecipando as eleições estaduais fazendo com que a mesmas coincidisse com o pleito presidencial. Esta decisão precipitou a deposição de Vargas em 29 de outubro, mas a estrutura do PSD em níveis estaduais e principalmente municipais já estava devidamente preparada e o PSD elegeu o general Dutra como presidente e obteve uma maioria confortável na Assembleia Constituinte elegendo 173 deputados em um total de 320. Os mecanismos discutidos anteriormente permitiram que o PSD – partido do presidente eleito, o General Dutra – apesar de ter tido 43% dos votos populares, amealhasse 53% da Câmara Federal, que foi imediatamente transformada em Assembleia Constituinte. Na Assembleia, ainda como efeito dos dispositivos impostos pelo grupo varguista à lei eleitoral, este partido deteve 54% dos votos para as aprovações constitucionais.

Vargas consegue ao final de cinco anos entre 1945 até 1950, quando retorna ao palácio do Catete como mandatário, se consagrar como o grande vencedor político desta época. Esta vitória política passou por manobras eleitorais de 1945, pela Assembleia Constituinte de 1946, pelas eleições estaduais de 1947 e pelas eleições municipais de 1947-48. Esta conquista trouxe em seu bojo uma transição que impôs pequenas mudanças à organização estatal e a máquina burocrática construída a partir do golpe de 1930. Isto tem impacto direto na tese desenvolvida por Maria do Carmo Campello de Souza, pois o formato do Estado apresentando um viés centralizador e não dando importância a representatividade das massas, é uma variável importante na baixa institucionalização dos partidos políticos e no raquitismo de todo o processo político partidário.

A questão da representatividade eleitoral na Constituição de 1946 girou em torno do peso da representação dos estados na formação dos componentes do poder legislativo, a Câmara Federal e o Senado. A discussão sobre este ponto se deu no

embate dos constituintes oriundos dos estados com maior volume de habitantes e com grande representatividade econômico-financeira. Campello de Souza trata deste assunto buscando entender os motivos porque bancadas de estados importantes, tanto do ponto de vista político como econômico, permitiram que fosse aprovado o artigo 58 da Carta Constitucional. Artigo que claramente nivelava a representação dos estados no Congresso, de forma que com menos votos poderia se eleger, em um estado com menor população a mesma quantidade de deputados que em um estado com grande população.

Vale dizer que os estados então prejudicados detinham cerca de 60% dos votos da Assembleia Constituinte e mesmo assim não se mobilizaram, nem mesmo para atenuar os efeitos do artigo 58. Este comportamento se explica pelo fato de que quem busca e valoriza a equidade de representação, em geral, são os grupos progressistas e anti-oligárquicos, portanto a 'doação' de poder político aos estados menores seria uma convocação para combater o inimigo comum que eram os grupos emergentes então em formação nos grandes centros. Isto faz sentido dentro do contexto de que o controle político nos estados menos favorecidos tem características de centralização oligárquica e assim a representatividade nestes eram controladas pela elite política dominante, há muito tempo. Outra consideração importante é que, a elite dominante dos grandes estados detinha o controle das comissões permanentes, que têm funcionamento fundamentado no poder central e forte através de seu presidente, que tem praticamente um poder imperial tendo condições de engavetar projetos, ter grande influência na escolha dos relatores, controlar a pauta das discussões entre outras prerrogativas. A propósito, a própria representatividade dentro destas comissões era praticamente inexistente, pois o texto do artigo 40 do projeto constitucional de 1946 menciona a inócua frase: "...a representatividade seria assegurada tanto quanto possível", assim a representação poderia simplesmente inexistir no âmbito das comissões permanentes garantindo então às bancadas dos grandes estados a compensação pela 'complacência calculista' quando da discussão da representação dos estados na constituinte.

Neste capítulo examinamos de forma modesta o percurso dos momentos finais do Estado Novo até a constituinte de 1946. Por óbvio necessário se fez recorrer a ocorridos durante o 'esplendor' do Estado Novo e até mesmo antes disso, necessidade criada pelo complexo teatro político deste período.

O que fica marcadamente fixado é a situação de que o grupo varguista sob a égide do Estado Novo conseguiu manter determinadas condições, órgãos e até definições legislativas que permitiriam a permanência do espectro político de Getúlio Vargas pairando sobre o ambiente político brasileiro mesmo após a sua ‘suave’ deposição.

No próximo capítulo abordaremos o desenvolvimento do processo político brasileiro a partir da queda do Estado Novo e o surgimento de um novo regime.

## **CAPÍTULO V – O PROCESSO POLÍTICO BRASILEIRO DE 1946 A 1964**

Neste capítulo será buscado o intento de alcançar uma avaliação crítica dos diagnósticos da crise política do regime político vigente no período de 1946 a 1964. Dentro da linha proposta neste trabalho serão privilegiados os pontos ligados ao processo político em nível partidário.

Foram entabulados pelos analistas diversos diagnósticos a respeito do processo político partidário brasileiro no período anteriormente proposto, entretanto abordaremos aqui o que para Maria Do Carmo Campello de Souza seriam as principais variáveis explicativas da crise do regime político em questão.

Campello de Souza elenca as principais teses sobre a crise institucional que resultou no golpe militar de 1964, iniciando a análise por dois pontos: a) perda de predominância político-eleitoral por parte dos partidos de tendências mais conservadoras e; b) dispersão eleitoral, devido ao aparecimento e crescimento de partidos pequenos, evento este causado por mudanças sócio-econômicas.

Analisando empiricamente os dados eleitorais verificados na eleição para presidente e vice-presidente da república em 1960 e nas eleições para o legislativo de 1958, a autora alcança de forma robusta o entendimento de que ocorreram duas realidades de resultados eleitorais sob o prisma partidário. Enquanto que nas eleições para o parlamento acontece a representação das mudanças eleitorais relativas a um realinhamento partidário refletindo as mudanças sociais na direção de uma linha ‘urbano-reformista’, nas eleições para presidente e vice da república isso não se mostra como uma verdade completa. Isto é porque – nesta última instância – a necessidade de se alcançar uma maioria nacional coloca o problema e suas soluções

possíveis em bases completamente diferentes. Esta constatação é, em boa medida, corroborada pelo resultado da análise destes dados eleitorais que indica a forte influência exercida pelos votos do interior do país no resultado final das eleições, para presidente e vice presidente da república.

O segundo ponto esclarecido pela autora é a respeito da incerteza eleitoral que passa a preocupar os maiores partidos – vale dizer: a elite política –, incerteza esta causada pelo resultado significativo alcançado, nas eleições, pelos partidos menores.

O suicídio de Getúlio Vargas em 1954 trouxe à tona discussão sobre quem ganhava e quem perdia politicamente com este grave evento. Determinado órgão de imprensa vaticinou que a UDN teria muito a perder com o desaparecimento de Vargas pelo fato deste agrupamento político ser acusado de pivô do suicídio e não ter obtido anteriormente vantagens de participação no governo. Inclusive foi aventada – pela imprensa – a forte possibilidade de que a partir destes acontecimentos a tendência quase que inexorável seria a adoção de um bi-partidarismo de fato, devido a alinhamento a um mimetismo ideológico. A autora constata que os resultados das eleições não confirmaram a previsão dos jornalistas e afirma que as previsões se esqueceram de um conceito pragmático adotado pelas agremiações partidárias, elas querem ganhar eleições, e para isso abrem mão de determinados ideais partidários e programáticos. Confirma isso a aliança entre PSD e PTB, a despeito de suas divergências programáticas. Esta aliança foi de forma cabal uma prova do pragmatismo do PTB, que se viu sem um nome viável para concorrer às eleições para presidente da república de 1955, um ano após o suicídio de Getúlio. A chapa para a eleição ficou então com Juscelino Kubitschek (PSD) para presidente e João Goulart (PTB) para vice, materializando a aliança e indicando a predominância do PSD dentro do acordo político.

Prosseguindo em sua análise a autora destaca a significância e crescimento dos resultados eleitorais obtidos através da aliança entre partidos. A análise em questão utiliza-se de linhas de abordagem utilizadas por Glaucio Soares descrita em seu livro: Sociedade e Política no Brasil. Soares considera a questão de um reflexo neste quadro propício ao aliancismo partidário provindo de mudanças nas condições sócio-econômicas, que por sua vez representariam as características gerais da estrutura de classes do Brasil. O autor também avança a hipótese de que o que

embasava a adoção de alianças naquele período poderiam ainda ser ações com base na teoria dos jogos, que neste caso consistiria na adoção de linha política de comportamento mais racional buscando objetivos de ganho eleitoral, combinando os meios disponíveis de cada partido propenso a constituir alianças. Maria do Carmo Campello de Souza admite que sob o prisma político-institucional, no que tange a relação entre o estado e os partidos, a questão das coligações se torna objeto de análises extremamente complexas. Confirma ainda que naquele momento não havia pesquisas que indicassem objetivamente a relação entre as alianças partidárias e uma evolução ou involução do sistema partidário. A autora considera que a inexistência de predomínio de uma fração social sobre as outras, combinado com o fortalecimento da máquina estatal e suas decisões sócio-econômicas, acirrava a disputa eleitoral forçando a uma racionalização em busca dos resultados o que causaria o aumento dos eventos de alianças e coligações.

Embora concordando em diversos pontos com as teses levantadas por Simon Schwartzman quanto ao aumento da proporção de votos brancos e nulos – no período de 1946 a 1964 – a autora conclui pela impossibilidade de se comprovar cabalmente a desilusão do eleitorado como motivo único do aumento da proporção dos votos brancos e nulos frente ao número total de votos. Ela considera ser necessária a combinação de outras variáveis para se chegar a um diagnóstico preciso e que no momento da avaliação não se contava com análises robustas neste sentido.

A autora conclui que o ambiente político brasileiro no período de 1946 a 1964 apresentou um regime com várias influências em comportamentos e acontecimentos políticos. A força e o peso das estruturas estatais desenvolvidas em sua maioria a partir de 1930, o que vale dizer oriundas do 'varguismo', é certamente uma importante influência neste ambiente político. Entretanto há que se mencionar um realinhamento partidário no período estudado. Realinhamento este em grande medida causado pela modificação sócio-econômica pela qual o país passou dentro do espectro de tempo utilizado no estudo. A autora refuta ainda o determinismo objetivo utilizado por alguns analistas e jornalistas, de que o partidarismo brasileiro sofria do mal congênito da inviabilidade. Esta posição da autora é defendida através da argumentação de que sim o sistema partidário brasileiro precisava desenvolver-se e modernizar-se através do abandono de práticas personalistas, da experiência da prática governativa e

definição de projetos de objetivos nacionais, e não de projetos de poder de grupos e ou elites políticas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através da explanação do embasamento teórico utilizado em suas análises, passando pelas origens ideológicas sob as quais foi gerado o sistema partidário brasileiro vigente de 1945 e pelos mecanismos adotados pelo Estado para manter seu domínio sobre o país, a autora chega à transição do Estado Novo para o novo regime estabelecido em 1946. A partir disso ela finaliza sua linha de explanação descrevendo os detalhes do embate político que criou as condições para que o país caísse em uma longa e duríssima ditadura militar a partir de 1964.

O mérito da autora na abordagem deste problema, qual seja, a baixa institucionalização do sistema partidário brasileiro ficando este a mercê da forma e do funcionamento do estado, é obrigatoriamente aumentado dado o fato de que sua vertente de raciocínio tem muito de pioneirismo.

Exacerbação de força de uma das partes – no caso o Estado – no embate político causa danos enormes ao processo político livre e justo. A ocorrência da ditadura brasileira, fica minimizada se comparada com o que aconteceu com o Partido Social Democrático e o Estado nazista alemão. A glorificação estatal e a centralização em um só país causaram a morte e a aflição de muitos milhões de pessoas através da segunda guerra mundial. A autora demonstra a mecânica deste tipo de acontecimento político de forma brilhante.

A tese defendida por Campello De Souza pode encontrar respaldo mesmo em Max Weber no que se refere ao peso e domínio que o Estado exerce sobre a sociedade conforme texto abaixo.

“Assim como todo agrupamento político que o precederam no tempo, o Estado consiste em uma relação de dominação do homem pelo homem, com base no instrumento da violência legítima” (p61).

Esta afirmação de Weber não explica tudo por si só, dentro do contexto deste trabalho, mas reafirma a influência que o Estado exerce sobre os atores sociais, aí

incluído o sistema partidário. Podemos considerar que a violência citada por Weber seja não só de natureza física, mas também de natureza política o que se tornaria em mais uma ferramenta de interferência/influência do Estado sobre o sistema partidário.

Fica bastante clara e é eloquente a tendência histórica dos políticos brasileiros na adoção de soluções centralizadoras e autoritárias, muito provavelmente oriunda de nossa origem ibérica. Estudar, avaliar e embasar um estudo científico a respeito desta origem seria uma excelente continuação, mais elaborada e profunda, do presente trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CODATO, A. 2011. *Revista de Sociologia e Política* V. 19, Nº 40: 273-288 Out. 2011. A Sociologia Política Brasileira em análise: Quatro visões sobre o funcionamento administrativo do Estado Novo.

FGV CPDOC. *Manifesto dos Mineiros*. Manifesto divulgado em outubro de 1943 por membros da elite liberal de Minas Gerais, defendendo o fim da ditadura do Estado Novo e a redemocratização do país. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/ManifestoDosMineiros>. Colhido em 27ago2013.

FGV – CPDOC- *A era Vargas: dos anos 1920 a 1945-Diretrizes do Estado Novo (1937-1945) Queda de Vargas e fim do Estado Novo*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas>. Colhido em 22julho2013.

SOARES, Glauco A.D.1974. *Sociedade e Política no Brasil*, São Paulo, DIFEL

SCHWARTZMAN, S. 1970. Representação e Cooptação Política no Brasil, *Revista Dados*, nº7.

SCHWARTZMAN, S, 1971. Veinte años de democracia representativa em Brasil, 1945-1964. *Revista Latino-americana de Ciência Política, Vol II, nº1*

SOUZA, M C C. 1990. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. 3ª Edição. São Paulo. Editora Alfa-Omega.

WEBER, M. 2001. *Ciência e Política – Duas Vocações*, 2ª edição. São Paulo. Editora Martin Claret.